



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12588 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

A FORMAÇÃO DOCENTE SOB O CRIVO DA HISTÓRIA

Lyanna Lourdes Lima Leal - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Elivana Vieira de Souza - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Giovana Maria Belém Falcão - UECE - Universidade Estadual do Ceará

A FORMAÇÃO DOCENTE SOB O CRIVO DA HISTÓRIA

1 INTRODUÇÃO

Esse escrito versa sobre a temática formação de professores. Um tema caro para o campo da educação e que vem tomando proporções de estudos significativas devido a sua relevância e magnitude na formação e qualificação de educadores comprometidos em melhorias na sua prática social. Para a realização do estudo foram levantadas as seguintes questões: quais os marcos da formação de professores na historiografia educacional brasileira? Como tais indicadores dialogam com sua configuração contemporânea? Estas inquietações permeiam as análises desse escrito, que visa delinear uma breve trajetória da formação de professores na cena nacional. Considera-se pertinente que os profissionais possam conhecer a história da sua profissão, com intuito de entender as lacunas e os avanços presentes até a atualidade. Trilhou-se um exame teórico, de cunho bibliográfico, com suporte nas ideias de Freitas e Biccas (2009), Gondra e Schueler (2008), Vicentini e Lugli (2009) e Nóvoa (2017).

O texto está estruturado da seguinte forma: após apresentação da temática, busca-se evidenciar alguns marcos da história da formação e da profissionalização docente no Brasil, a criação de instituições formadoras, as condições de trabalho dos professores e como se consolidaram os movimentos de organização docente, elementos que servem de mote para olhar o presente. Posteriormente, foram apresentadas as considerações finais do escrito.

2 DESENVOLVIMENTO

A história da formação docente no Brasil consolida-se em meio ao árduo processo de desvalorização, interferência do Estado e de lutas por melhores condições de trabalho. Conforme Vicentini e Lugli (2009), as instituições específicas para a preparação docente datam a partir do século XIX, não havendo anteriormente uma formação direcionada e destinada para a atuação docente. Em complemento, os autores Gondra e Schueler (2008) ressaltam que ao longo do século XIX, houve a criação de leis e regulamentos relativos à instrução pública e ao recrutamento docente, em diversas instâncias que buscaram impor regularidade e controle nos mecanismos de constituição dos quadros docentes em que se observa pelas regras de exame, concurso, seleção e nomeação de professores públicos.

Para melhor contextualizar, é imprescindível remeter ao Brasil Império, momento em que as Aulas Régias foram instituídas como modelo de ensino a fim de substituir o ensino dos jesuítas. Nele, o professor era selecionado através da prova de moralidade atestada pelo padre da paróquia e deveria ter propriedade do conteúdo que iria ensinar. Com relação aos mestres das primeiras letras, esses deveriam saber ler, escrever e contar. Ainda, é pertinente mencionar o método Lancaster, o qual contava com um treinamento de monitores para controle dos alunos, estabeleciam a comunicação desses alunos com o professor. Esse modelo recebeu muitas críticas, uma vez que não havia eficiência e até sua implementação era dificultada pela falta generalizada dos aparelhamentos pedagógicos que demandam esse método.

Estabeleceu-se posteriormente dois novos modelos formativos mais complexos, apresentados por Vicentini e Lugli (2009). O primeiro, ainda no império, diz respeito ao sistema de professores adjuntos, o qual nomeavam os melhores alunos entre 12 e 13 anos e recebiam um pequeno pagamento para realizar esse ofício. O segundo, das Escolas Normais, data o período republicano, que a princípio, eram de responsabilidade dos governos provinciais e a qualidade do seu funcionamento dependia de cada Estado. Nelas, o ensino ficava a cargo de um único professor, que julgariam posteriormente se o aluno estaria apto ou não a lecionar. De acordo com o autor supracitado, a disseminação das escolas normais se dava de modo lento, justificado pelo seu alto custo, já que eram necessários professores especializados e com edifícios próprios. Tendo em vistas essas limitações e que era preciso garantir a todos os alunos professores minimamente preparados para a docência, aconteceu uma transformação do curso primário complementar em cursos de formação de professores, nessa perspectiva, foi acrescentado 1(um) ano de prática de ensino.

Com a crescente demanda por professores se estabelece dentre mais um modelo de formação, o Curso Primário Complementar, possuindo como critério de seleção, o fim dos estudos no primário. Mas com intuito de propor melhorias na formação de professores, foi estabelecida a Lei Orgânica n. 8530 de 02/01/1946. Nela, pretendeu-se, como aponta Vicentini e Lugli (2009), regular a quantidade de horas semanais de aula, bem como a forma que o programa das disciplinas deveria ser organizado, estabelecendo ainda que essa modalidade fosse gratuita.

Com a reorganização do colegial todos os cursos oferecidos em segundo grau passaram a ser profissionalizantes, levando a extinção do Ensino Normal Primário ou Complementar. (VICENTINI; LUGLI, 2009). Com a queda no Ensino Normal, modalidades de formação de professores surgiam com o intuito de sanar as lacunas e déficits existentes na prática pedagógica.

Destaca-se como escolarização mínima para atuar na docência a Habilitação Específica para o Magistério, um curso de 3 anos em nível de segundo grau, podendo lecionar da 1ª a 4ª série. E ainda o surgimento dos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), que tinham por intuito fortalecer as condições de formação ofertadas aos professores. O curso tinha duração de 4 anos e no currículo contava com aulas de reforço, desenvolvimento de projetos e atividades que visavam enriquecer os conteúdos das disciplinas. (VICENTINI; LUGLI, 2009). Nesse contexto, o curso de pedagogia como formação de nível superior surge com o intuito de formar técnicos em educação quando bacharelado. Para lecionar, era preciso cursar uma licenciatura na Faculdade de Educação.

Vicentini e Lugli (2009) destacam que para compreender como ocorreram os processos de profissionalização docente no Brasil é preciso se atentar às condições de trabalho, os lugares utilizados para o exercício do magistério, as formas de seleção (ou a falta delas), o salário e o controle do trabalho que estão presentes nos discursos sobre os sistemas de ensino brasileiros, revelando a tentativa criar um modelo escolar para o país. No entanto é necessário compreender que os processos de organização e racionalização dos sistemas de ensino, eram vinculados às características e as disponibilidades financeiras de cada estado brasileiro. Dessa maneira, é imprescindível que ao percorrer o caminho da formação docente, bem como a profissionalização docente sejam destacados os aspectos mais amplos e complexos. Corroborando com essa ideia, Nóvoa(2017) afirma que a desprofissionalização manifesta-se de formas muito distintas, incluindo níveis salariais baixos e difíceis condições nos espaços escolares, bem como processos de intensificação do trabalho docente por via de lógicas de burocratização e de controle.

Acerca das condições de trabalho dos professores, observa-se forte

influência do Estado, estabelecendo critérios de seleção, de currículo, de fiscalização e de ensino. A realização de concursos públicos, garantem estabilidade aos futuros docentes, tendo em vista que a categoria de substitutos era delicada, pois dependia dos chefes políticos locais. (VICENTINI; LUGLI, 2009). É cabível mencionar que o critério de seleção do concurso era bastante extenso e se dividia em 4 fases: prova escrita, oral, didática e prática. O que tornava o processo extenso e demasiadamente cansativo e, muitas vezes, não avaliava as reais condições de trabalho do docente.

Dentre as principais dificuldades encontradas para a realização do ensino, encontra-se a escassez de prédios adequados para o ensino, falta de recursos mínimos nos ambientes de ensino, tais como ventilação, água e materiais escolares, carência de mobiliário adequado, mínima remuneração e extenso número de alunos matriculados e em sala de aula. No que se refere ao ensino público, vê-se que a remuneração dos professores era insignificante, o que refletia na qualidade do ensino e muitas vezes, tornavam o magistério uma segunda opção de trabalho e até mesmo uma forma de realizar uma pequena renda extra.

Ainda com relação aos ordenados, nota-se maior prestígio aos professores que lecionavam as disciplinas mais “nobres”, ou seja, conteúdos destinados a elite que se formaria para cursos de ensino superior, e menor reconhecimento aos mestres das primeiras letras, conforme destacam Vicentini e Lugli (2009, p. 91). Trazendo para a realidade, normalmente, quanto maior o nível de ensino, maiores os salários ofertados aos professores.

Nesse sentido, nota-se que as reivindicações realizadas por professores tiveram papel relevante em prol de melhores condições de salário e trabalho. Os movimentos realizados pela categoria, como é o caso da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal (APESNOESP), fundada no ano de 1945 em São Paulo, foi pertinente para dar visibilidade às pautas necessárias naquele momento, com destaque para aumento dos salários e pagamentos realizados no prazo estabelecido.

Ainda, percebe-se que ao longo da história, a implementação de legislações foi pertinente para a categoria docente, bem como para propor melhorias na educação, frutos de movimentos sociais que reivindicaram o acesso e a permanência no ensino, como sinalizam Freitas e Biccas (2009). Ressalta-se a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como marco fundante na educação. Nela, além de destacar o ensino público e gratuito, elucida-se a divisão dos níveis de ensino, em Pré-escola, Ensino Fundamental e Médio e também a necessidade da formação de professores que atuam na educação básica em nível superior. (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Desta feita, vê-se que ao longo da história, a profissão docente passou por diferentes contextos no âmbito educacional que foram pertinentes para a efetivação da profissão professor. Ainda, os diferentes fatos que marcaram essa história influenciaram para que houvesse melhorias em aspectos que tangem a profissão, entretanto muitas lacunas e anseios ainda se fazem presentes na atualidade e refletem perdas de direitos trabalhistas, extensa carga de trabalho, desvalorização salarial e condições de trabalhos precárias que se expressam em salas de aulas lotadas, escassez de materiais didáticos e falta de mobiliário adequado. Em consonância, Nóvoa (2017) aponta que o primeiro passo para que aconteça a mudança é reconhecer a existência de um problema. Nas ideias do autor, há quem defenda que as estruturas atuais da formação de professores são adequadas e que o único “problema” é a falta de apoio, de condições ou de recursos, não se fazendo necessária a mudança e ainda complementa que existem, na atualidade, muitas iniciativas e experiências que buscam um novo caminho para a formação de professores. As mais interessantes e reflexivas propostas pontuam uma formação profissional dos professores, algo que parece simples, mas que define um rumo claro: a formação docente deve ter como matriz a formação para uma profissão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do escrito, foram apresentados recortes que marcaram a história da formação docente, com destaque para a criação das instituições que formam esses profissionais, as condições de trabalho dos professores e também os movimentos de organização docente que se consolidaram a fim de firmar a categoria.

Dessa forma, conhecer essa trajetória possibilita identificar os percalços e as lutas que ocorreram em prol de direitos, melhorias de trabalho, visibilidade e de reconhecimento para a profissão, com destaque para a necessidade de políticas públicas permanentes que valorizem os docentes. Ainda, à luz do percurso histórico formativo dos professores, vê-se que foi marcado pela criação de instituições formadoras que foram precursoras para repensar uma profissão qualificada e reflexiva.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil** (1926 – 1996). São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no**

Império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, p. 1106-1133, 2017.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo: Cortez, 2009.